

Concepções de perdão em crianças: uma análise qualitativa

Conceptions of forgiveness in children: an qualitative analysis

DOI:10.34117/bjdv7n5-049

Recebimento dos originais: 04/04/2021

Aceitação para publicação: 04/05/2021

Edizângela de Fátima Cruz de Souza

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral – NPDSM.

E-mail: edizangela.cruz@outlook.com

Amanda Oliveira Magalhães

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral – NPDSM.

E-mail: aom@academico.ufpb.br

Rayanne Carvalho de Lima

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral – NPDSM.

E-mail: rclrayannelima@gmail.com

Gabrielle Sanchez Cabral

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral – NPDSM.

E-mail: gabrielle.sanchesc@gmail.com

Ana Beatriz Medeiros Lima

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Membro do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral – NPDSM.

E-mail: anabeatrizcmlima@gmail.com

Eloá Losano de Abreu

Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.

Membro do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral – NPDSM.

E-mail: eloa.losano@academico.ufpb.br

RESUMO

Considerando que as relações interpessoais são permeadas por situações de mágoas e injustiças, as pesquisas sobre o perdão o destacam como uma atitude benéfica dentre as estratégias de resolução de conflitos. Diante da escassez de estudos relacionados às concepções de perdão em crianças, o objetivo do presente artigo é analisar as definições e os elementos condicionantes para o perdão de crianças com idades entre sete e 12 anos. Participaram deste estudo 169 alunos de escolas privada e pública. Utilizou-se uma entrevista semiestruturada, a partir da qual foram obtidas as respostas das crianças relacionadas às suas decisões de perdoar, posteriormente transcritas e analisadas mediante o procedimento de Análise Hierárquica Descendente através do software IRAMUTEQ. O conteúdo das falas se agrupou a partir de dois eixos temáticos, formando seis classes

lexicais. O primeiro eixo abrange 54% do conteúdo e se relaciona com as “condições necessárias para perdoar”, o segundo eixo contempla 46% do conteúdo associado a “sentimentos e atitudes gerados pela ofensa/injustiça”. Foi identificada a influência para a decisão de perdoar de aspectos como a reconciliação, o pedido de desculpas e o esforço para reparação por parte do ofensor. Destaca-se, por fim, algumas limitações deste estudo e apontamentos para estudos posteriores, a fim de nortear práticas clínicas, educacionais e terapêuticas, considerando a possibilidade de melhorias individuais e coletivas a partir do perdão.

Palavras-chave: Psicologia do Desenvolvimento, Concepções de Perdão, Crianças

ABSTRACT

Considering that interpersonal relationships are permeated by hurts and injustices, research on forgiveness highlights it as a beneficial attitude among conflict resolution strategies. Given the scarcity of studies related to the conceptions of forgiveness in children, the objective of this article is to analyze the definitions and the conditioning elements for forgiveness from children aged between seven and twelve years. 169 students from private and public schools participated in this study. A semi-structured interview was used, from which the children's speeches related to their decisions to forgive were obtained, later transcribed and analyzed using the Descending Hierarchical Analysis procedure through the IRAMUTEQ software. The content of the speeches was grouped based on two thematic axes, forming six lexical classes. The first axis covers 54% of the content and relates to the “conditions necessary to forgive”, the second axis covers 46% of the content associated with “feelings and attitudes generated by the offense/injustice”. The influence of aspects such as reconciliation, apology and the offender's effort to make amends for the decision to forgive was identified. Finally, some limitations of this study and notes for further studies are highlighted, in order to guide clinical, educational and therapeutic practices, considering the possibility of individual and collective improvements from forgiveness.

Keywords: Developmental psychology, Conceptualizations of Forgiveness, Children

1 INTRODUÇÃO

As relações interpessoais são marcadas por conflitos, os quais geram sentimentos de mágoa e injustiça. Nessas situações, a vítima deve decidir como vai agir diante da ofensa, buscando resolver o conflito e reparar a injustiça sofrida. Dentre as estratégias possíveis de resolução de conflitos, o perdão tem sido apontado como uma atitude que pode trazer benefícios tanto para a vítima como para ofensores (Scobie & Scobie, 1998), promovendo melhorias na saúde mental e emocional (Karremans, VanLange, Ouwkerk & Kluwer, 2003), além de permitir restaurar as relações rompidas ou prejudicadas com a ocasião da injustiça (Allemand, Amberg, Zimprich, & Fincham, 2007).

O estudo do perdão na Psicologia é relativamente recente, tendo recebido maior atenção de pesquisadores a partir da década de 1980. Uma revisão da literatura realizada

por Abreu (2013) indicou que os estudos sobre o perdão podem ser divididos em três interesses principais: individuais, onde estão os estudos que relacionam o perdão com traços de personalidade, comportamento de enfrentamento, espiritualidade, religiosidade e bem-estar; interpessoais, com estudos sobre resolução de conflitos, interação interpessoal, relações interpessoais; e o perdão como estratégia terapêutica.

A revisão realizada por Abreu (2013) aponta ainda a existência de pelo menos três grandes modelos ou abordagens teóricas a respeito do perdão: o modelo de motivações para o perdão de McCullough (McCullough, Worthington & Rachal, 1997; McCullough et al., 1998), o modelo de componentes do perdão como uma tríade (empatia – perdão – humildade) de Worthington (1998), e o modelo sociocognitivo do perdão de Enright (Enright & Human Development Study Group, 1991; Fittzibbons, 2000). Ainda que cada autor tenha seu próprio entendimento sobre o caminho para se chegar ao perdão, bem como os elementos que estão envolvidos nesse processo, o perdão tem sido definido de forma relativamente consensual como uma atitude voluntária da vítima que envolve a diminuição dos sentimentos, comportamentos e afetos negativos desencadeados pela injustiça para nutrir comportamentos, sentimentos e afetos positivos direcionados ao ofensor, sem necessária ou obrigatoriamente se reconciliar com ele (Denham, Neal, Wilson, Pickering, & Boyatzis, 2005; Enright, Freedman & Rique, 1998; McCullough et al., 1997; Scobie & Scobie, 2000; Worthington, 1998). Dentro dessa definição geral, é possível identificar elementos que envolvem a ocorrência e a decisão de perdoar (Fehr, Gelfand & Nag, 2010), como características de personalidade (p.ex. Mullet, Neto & Rivière, 2005), religião (p.ex. Mahoney, Rye & Pargament, 2005), comportamentos do ofensor após a ofensa (Park & Enright, 1997), perdão nas relações familiares (p.ex. Maio, Thomas, Fincham & Carnelley, 2008), a relação com o desenvolvimento moral (Enright, Santos & Al-Makuk, 1989), a influência das cognições e dos afetos no perdão (Rique, Camino, Formiga, Medeiros & Luna, 2010; Pinho, Falcone & Sardinha, 2016), e o perdão como comportamento pró-social (Scobie & Scobie, 2000).

Um dos interesses nos estudos sobre o perdão, e que tem implicações para as aplicações práticas voltadas para a promoção de estratégias positivas de resolução de conflitos, está em compreender como as pessoas concebem o perdão e que elementos elas incluem na decisão de perdoar (Mullet, Girard & Bakhshi, 2004). Nesse sentido, estudos têm mostrado que as concepções de perdão são fortemente atravessadas por vieses culturais (Hook et al., 2012), bem como pelas diferenças individuais dos sujeitos (Mullet et al., 2004). Além disso, o perdão tem sido frequentemente associado à reconciliação

(Fincham, 2000; Freedman & Chang, 2010; Van der Wal, Karremans & Cillessen, 2017), ao pedido de desculpas (Darby & Schlenker, 1982; Ma, Wylie, Luo, He, Xu & Evans, 2018) e ao cancelamento das consequências da ofensa sofrida (Girard & Mullet, 1997, Witvliet, Luna, Worthington & Tsang, 2020a). Destaca-se, entretanto, que as pesquisas têm sido realizadas predominantemente com adolescentes e adultos, sendo escassa a literatura a respeito das concepções de perdão em crianças (Garthe & Guz, 2020).

Dentre os modelos teóricos sobre o perdão, o modelo de estágios de desenvolvimento do pensamento do perdão proposto por Enright et al. (1989) apresenta três estágios de desenvolvimento iniciais que percorrem o período da infância e início da adolescência, onde, progressivamente, o perdão é concebido mediante um ato de vingança (primeiro estágio), ou de restituição e/ou reparação material da mágoa (segundo estágio), chegando a consideração da pressão social para perdoar (terceiro estágio). Ainda, Park e Enright (1997) propõem um modelo de desenvolvimento do perdão, onde apresentam três padrões de resposta, que também avançam e se relacionam com a idade, compostos por condições, estratégias e manifestações do perdão. Neste modelo, o perdão pode se apresentar como um padrão vingativo; um padrão externo, ou seja, baseado em critérios externos como a pressão social para perdoar, suprimindo seus sentimentos negativos; e finalmente por um padrão internalizado, que representa um entendimento mais amplo da situação, compreendendo a situação de injustiça a partir de uma perspectiva ampla e da aceitação dos sentimentos negativos e possível demonstração de benevolência para com o ofensor. Numa perspectiva semelhante, Scobie e Scobie (1998) consideram que o perdão envolve sete elementos (cura, reparação/desculpas, relacionamentos, religião, leis, novos recomeços e culpa) que se relacionam a condições ou razões para perdoar: restaurar a relação com o ofensor, reduzir os afetos negativos, reparar a injustiça, e se libertar dos efeitos da injustiça.

Já existem alguns estudos empíricos analisando o perdão em amostras infantis. Taysi e Orcan (2017), por exemplo, analisaram as concepções de perdão de crianças e adolescentes e identificaram definições voltadas para o pedido de desculpas, para a reconciliação e para a reparação do erro, além de outras definições. Os autores verificaram, ainda, que crianças e adolescentes não concebem o perdão da mesma maneira. Enquanto os adolescentes do estudo reportaram definições de perdão categorizadas como “ignorar a ofensa sofrida”, as crianças relataram concepções de perdão mais voltadas tanto para o perdão condicional – que envolve o pedido de desculpas

e a restituição – como para a reconciliação. Estes achados indicam que as crianças parecem precisar de comportamentos e atitudes do ofensor para considerar o perdão.

O pedido de desculpas consiste em um elemento de relevância nas concepções de perdão das pessoas, independentemente da idade. Os estudos com crianças demonstram que esse fator, após a transgressão, pode ser considerado um facilitador na decisão de perdoar (e.g. Abreu, Moreira & Rique, 2011). Além disso, um estudo realizado por Ma et al. (2018) apontou que crianças que recebem um pedido de desculpas após sofrerem ofensas estão menos propensas a experienciar sentimentos negativos. Em oposição, na ausência desse pedido a situação parece não se repetir. Também foi observado que as crianças, além de se sentirem melhor, tendem a avaliar mais positivamente o ofensor, assim como a ofensa como menos intencional, gerando uma diminuição nas repercussões negativas (Ohbuchi & Sato, 1994).

Num estudo clássico, Darby e Schlenker (1982) identificaram que os pedidos de desculpas mais elaborados, ou seja, compostos por atitudes como admitir a responsabilidade e demonstração explícita de remorso do ofensor, foram avaliados mais positivamente pelas crianças do que os mais superficiais, que são mais simples, como apenas dizer que sente muito. Contudo, as crianças ainda preferiam o pedido de desculpas superficial em comparação a não receber nenhum pedido, e as mais velhas indicaram maior desconforto com a ausência do pedido de desculpas após sofrer a ofensa.

Comumente, o pedido de desculpas pode ser visto apenas como uma regra social depois de ofender outra pessoa, especialmente quando as crianças são ensinadas a pedir desculpas sempre que cometem uma injustiça, mesmo que não compreendam bem as consequências das suas ações. Nesses casos, o pedido de desculpas se torna quase que automático, para evitar uma punição, por exemplo. Nesse sentido, estudos apontaram uma notória preferência das crianças no pedido de desculpas espontâneo, uma vez que evidenciaria uma genuína preocupação com os sentimentos da vítima e arrependimento por parte do ofensor (Banerjee, Bennet & Luke, 2010; Drell & Jaswal, 2016), enquanto o pedido de desculpas “automático” é avaliado negativamente, pois indica que há pouco ou nenhum remorso por parte do ofensor (Darby & Schlenker, 1989).

Ainda, Smith, Chen e Harris (2010) revelaram que o pedido de desculpas pode ser retratado pelas crianças como uma expressão da emoção do ofensor, em que ele estaria manifestando seus sentimentos de culpa e remorso ao se desculpar, o que faria com que a avaliação da vítima fosse mais positiva do que quando não há nenhum pedido de

desculpas, sugerindo que as crianças podem compreender, de certa forma, algumas funções emocionais do pedido de desculpas.

Além do pedido de desculpas, a restituição ou reparação material da injustiça tem sido um dos elementos presentes nas concepções de perdão. Estudos recentes têm indicado que a restituição pode tornar as vítimas mais propensas ao ato de perdoar (Witvliet et al., 2020a; Witvliet et al., 2020b), especialmente quando associada ao pedido de desculpas (DiFonzo, Alongi & Wiele, 2020). Ainda, a remoção da ofensa cometida parece diminuir as chances de retaliação por parte da vítima (Zechmeister, Garcia, Romero & Vas, 2004). Num estudo sobre os efeitos do pedido de desculpas e da restituição com estudantes universitários, Witvliet et al. (2020a) identificaram que a restituição da ofensa contribuiu para a diminuição dos níveis de raiva, medo e tristeza, ao passo que aumentou os níveis de gratidão, empatia e perdão frente ao ofensor. Estes achados indicam que a restituição parece ser essencial para as repostas de perdão, contribuindo para a diminuição de sentimentos negativos e para a ampliação de sentimentos positivos.

Para as crianças, a restituição representa uma tentativa do ofensor de demonstrar arrependimento, de maneira semelhante ao pedido de desculpas. Drell e Jaswal (2016), ao comparar os impactos do pedido de desculpas e da reparação do erro para o perdão, submeteram crianças a um experimento no qual cada participante sofreu a mesma ofensa. Após a ofensa, as crianças poderiam receber um pedido de desculpas, espontâneo ou induzido, uma restituição ou nenhum pedido de desculpas. Os autores perceberam que as crianças se sentiram melhor quando receberam uma restituição e um pedido de desculpas espontâneo.

A reconciliação, embora não seja considerada pelos modelos teóricos sobre o perdão como um elemento necessário ou obrigatório, também se apresenta de forma recorrente nas concepções de perdão de crianças (Toussaint, Williams, Musick, & Everson-Rose, 2008). Por exemplo, Hui e Ho (2004), numa pesquisa sobre a implementação de uma intervenção voltada para o perdão em crianças chinesas, observaram concepções sobre o perdão que as crianças apresentavam antes da intervenção. Os autores identificaram que o item “a reconciliação é uma parte necessária para o perdão?” obteve um escore alto na avaliação pré-teste. Após a intervenção, observou-se uma diminuição no escore dessa concepção, o que indica que as crianças não fizeram mais essa associação com tanta força. Em uma pesquisa realizada por Abreu et al. (2011), crianças entrevistadas também apresentaram definições de perdão focadas na

reconciliação e na renovação das relações com o ofensor, através de respostas como “voltar a brincar”, “dar um abraço”, “ser amigos de novo”. Taysi e Orcan (2017) encontraram resultados semelhantes em seu estudo com crianças turcas, que definiram o perdão como uma forma de reconciliação por meio dos itens: “voltar a ser amigos” e “dar uma segunda chance ao ofensor”. Já Ahmed e Braithwaite (2006), analisando a relação entre perdão, reconciliação, vergonha e bullying escolar encontraram que perdão e reconciliação estão diretamente relacionados com a diminuição da frequência do bullying.

Apesar dos resultados descritos pela literatura, ainda há muito a se compreender a respeito de como as crianças concebem o perdão, especialmente no Brasil. Nesse sentido, o presente estudo verificou as concepções de perdão de crianças de sete a 12 anos de idade, a partir de uma entrevista com cenários hipotéticos de injustiça. Buscou-se: (1) verificar como as crianças definem o perdão (2) identificar os elementos condicionantes na decisão de perdoar; (3) verificar se o pedido de desculpas se apresenta como um elemento essencial para o perdão.

2 MÉTODO

2.1 PARTICIPANTES

Foram entrevistadas 169 crianças, com idades entre sete e 12 anos ($M=9,78$, $DP=1,75$), sendo 102 estudantes de escola privada e 67 estudantes de escola pública. As análises foram realizadas considerando a divisão dos participantes em dois grupos de idade: Grupo 1 – sete a nove anos, com 68 crianças, com idade média de 7,85 anos ($DP=0,71$); e Grupo 2 – 10 a 12 anos, com 101 crianças, com idade média de 11,07 anos ($DP=0,78$).

3 INSTRUMENTOS

Entrevista de Concepções de Perdão em Crianças. Utilizou-se uma entrevista semiestruturada elaborada pelas autoras deste estudo, contendo três cenários hipotéticos nos quais uma criança sofre algum tipo de injustiça ou ofensa por outra criança (revelação de um segredo, agressão física e mentira). Após as histórias, foram apresentadas perguntas para identificar as concepções de perdão das crianças, e se as características da ofensa ou atitudes do ofensor (pedir desculpas, compensar a mágoa, ficar de castigo) favorecem a decisão de perdoar.

4 PROCEDIMENTOS

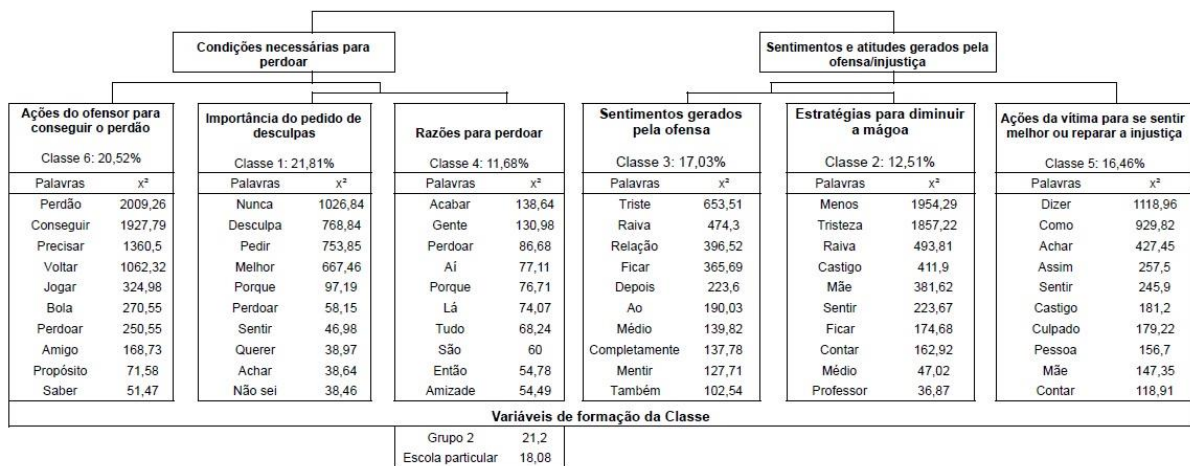
A pesquisa foi aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (protocolos CEP-UFPB: 2732179 e CEP-UFPB: 3889233) e seguiu todos os procedimentos de consentimento dos pais e coleta de dados recomendados pela Resolução 510/216 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas através do Software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) (Ratinaud, 2009). Mediante a análise estatística do corpus textual, utilizou-se o procedimento de Análise Hierárquica Descendente, responsável por segmentar o texto em classes hierárquicas. Assim, foi possível identificar os contextos lexicais das palavras emitidas pelos participantes, que foram posteriormente interpretados de acordo com os objetivos do estudo (Camargo & Justo, 2013).

5 RESULTADOS

A análise do Iramuteq dividiu o conteúdo das entrevistas em 2886 segmentos de texto, dos quais 91.37% foram aproveitados e classificados em seis classes lexicais, distribuídas em eixos temáticos, conforme mostra o dendrograma da Figura 1:

Figura 1. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente.



5.1 CLASSE 1: IMPORTÂNCIA DO PEDIDO DE DESCULPAS

Nesta classe, estão reunidas respostas que revelam a importância que as crianças atribuem ao pedido de desculpas para a decisão de perdoar. As respostas indicam que, perante o pedido de desculpas, as crianças expressam que se sentem melhor, menos tristes e com menos raiva do ofensor, o que aumenta, ou até mesmo garante, a decisão de perdoá-

lo. Além disso, as crianças demonstraram mais interesse em saber as motivações do ofensor, bem como indicaram a necessidade de o pedido de desculpas ser espontâneo e sincero. São exemplos de resposta dessa classe:

Participante 90: “Se ele pedisse desculpas eu me sentiria melhor. Se ele nunca pedisse desculpas, eu ia pedir pra ele pedir desculpas, dizer que ele fez uma coisa muito feia e descumpriu uma promessa com o melhor amigo dele”

Participante 119: “Se ele pedisse desculpas, eu me sentiria melhor. Se ele nunca pedisse desculpas, eu ia conversar com ele. Eu perdoaria meu amigo pelo que ele fez porque ele poderia já ter combinado com o outro amigo ou não poderia ir pra minha casa, algo assim...”

5.2 CLASSE 2: ESTRATÉGIAS PARA DIMINUIR A MÁGOA

Esta classe é representada por respostas que se referem ao modo que as crianças procurariam lidar diante de uma situação de mágoa, refletindo sobre qual a melhor estratégia para que o sentimento causado por tal situação fosse amenizado: seja envolvendo terceiros, como pais, professores e outros responsáveis; seja evitando a situação, diminuindo a frequência de contato e de brincadeiras com a outra criança; seja buscando uma solução a partir do diálogo. Segue algumas falas representativas da Classe 2:

Participante 153: “Eu deveria falar com ela sobre o assunto porque se fosse um segredo muito delicado de família e tudo mais aí seria bom. Isso faria eu sentir menos raiva e menos tristeza, porque aí eu vou escutando essa outra pessoa, escutando o lado da história dela”

Participante 53: “Eu nunca mais ia brincar com ele e ia parar de ser amigo dele. Isso faria com que eu sentisse menos tristeza. Eu contaria para mãe dele o que ele fez pra que ele ficasse de castigo”

5.3 CLASSE 3 (SENTIMENTOS GERADOS PELA OFENSA)

Nesta classe, são reunidas as respostas das crianças acerca dos sentimentos que surgiram a partir da situação de injustiça ou ofensa e suas impressões em relação ao ofensor. Além de expressar sentimentos como raiva e/ou tristeza, as crianças apresentaram algumas avaliações no que se refere às possíveis motivações do ofensor para seu comportamento ou justificativas para suas ações, como se observa nos seguintes exemplos:

Participante 87: “Eu sentiria que ela não queria gostar de mim porque se ela contasse todos os meus segredos ela não ia gostar de mim. Eu me sentiria completamente triste por ela ter feito isso”

Participante 123: “Eu ia me sentir triste porque eu ia ficar sozinho e também porque ele mentiu dizendo que ia ao médico e também porque eu acho que ele tá me evitando”

Participante 24: “Eu acho que ela falou isso porque ela não queria falar que queria brincar com outra pessoa ao invés de comigo porque ela achava que eu ia ficar triste”

Participante 13: “Eu acho que ela fez isso porque se ela me contasse a verdade eu ficaria com raiva e eu acho que eu não deixaria ela ficar na casa de outra amiga, eu acho que ela fez isso porque não queria brincar comigo”

5.4 CLASSE 4: RAZÕES PARA PERDOAR

Nesta classe, foram selecionadas respostas que revelam as razões da criança para decidir perdoar, ou seja, as suas motivações para o perdão. Evidenciam-se elementos como: reatar a amizade, a ausência de intencionalidade do ofensor, o reconhecimento do arrependimento do ofensor, a necessidade de reconciliar-se com o ofensor (continuar sendo amigo), etc. É importante destacar, como mostra a Figura 1, que a formação desta classe sofreu influência de algumas variáveis estudadas: crianças com idades entre nove e 12 anos, estudantes de escola privada, o que significa que as respostas selecionadas pela classe são predominantemente deste grupo. São exemplos de respostas:

Participante 128: “Eu perdoaria ele porque eu acho que a gente deve perdoar todo mundo, porque depois de um tempo você vai imaginar a situação novamente e pensar que ainda bem que perdoou e não perdeu uma amizade”

Participante 169: “Eu perdoaria porque eu sei que ele não teve intenção nenhuma, ele é meu amigo, né, amigo tem que perdoar. Se eu soubesse que ele fez de propósito se ele não gosta de mim eu acho que ele não precisava fazer desse jeito.”

Participante 134: “Eu acho que eu voltaria a contar segredos para minha amiga se eu percebesse que tudo foi um mal entendido e o mais importante se ela se arrepende de verdade eu acho que voltaria sim.”

5.5 CLASSE 5: AÇÕES DA VÍTIMA PARA SE SENTIR MELHOR OU REPARAR A INJUSTIÇA

As respostas selecionadas nesta classe mencionam atitudes que deveriam ser adotadas pelas vítimas com a finalidade de reparar a situação da mágoa, sejam elas envolvendo efeitos positivos para si mesma, sejam elas buscando vingança ou uma conscientização da outra criança a respeito dos seus atos. Na formação desta classe, é possível encontrar falas em que as crianças consideraram o sentimento do ofensor e demonstraram valorização do diálogo como forma de reparação da injustiça e diminuição da mágoa, como nos exemplos a seguir:

Participante 125: “Se eu disser pra ela como eu me senti, eu acho que ela ia se sentir arrependida. Eu acho que ela fez isso porque ela tinha medo que eu pensasse que ela preferia outro amigo do que eu, então ela preferiu mentir”

Participante 17: “Se eu dissesse a ele como eu me senti eu acho que ele ficaria com raiva e se sentiria culpado. Pode ser que ele tenha feito isso porque ele tem algo contra mim, ou pode ter sido sem querer”

Participante 41: “Por uma parte, isso faria com que eu me sentisse melhor, porque ela ia aprender a lição e nunca mais mentir; e por outra parte é que eu ia ficar meio triste, porque ela não quis brincar comigo porque quis brincar com outras pessoas”

5.6 CLASSE 6: AÇÕES DO OFENSOR PARA CONSEGUIR O PERDÃO

Esta classe agrupa respostas que apresentam as condições necessárias para que o ofensor fosse perdoado. Apesar de as crianças analisarem a situação na perspectiva de vítimas, a ênfase das respostas desta classe está nas atitudes do ofensor, ou seja, no que o ofensor poderia ou deveria fazer para conseguir o perdão. Dessa forma, as crianças expressaram as atitudes que o ofensor poderia ter ou por quais meios o ofensor poderia ser perdoado diante da ofensa, como por exemplo: atitudes compensatórias, voltar a brincar, voltar a ser amigo, não repetir a ofensa, pedir desculpas etc. São exemplos de respostas:

Participante 89: “Pra conseguir o meu perdão ele precisaria me dar um brinquedo e me dar uma barra de chocolate. Eu voltaria a contar meus segredos pra ele se ele comprasse isso”

Participante 88: “Pra conseguir o meu perdão, ele precisaria pedir desculpa e não mentir mais pra mim”

Participante 122: “Na verdade depende da pessoa, do ponto de vista dela. Pra conseguir o meu perdão ela só precisaria pedir desculpa e explicar porque ela fez isso, eu voltaria a jogar bola com ela se eu já tivesse perdoado.”

Participante 129: “Eu perdoaria ele porque todo mundo merece uma segunda chance. Se eu soubesse que ele fez de propósito eu perdoaria ele porque nem todo mundo é obrigado a gostar de mim. Pra conseguir o meu perdão ele só precisaria pedir desculpas eu voltaria a jogar bola com ele.”

6 EIXOS DE AGRUPAMENTOS DAS CLASSES

Conforme mencionado anteriormente, as seis classes foram divididas em eixos temáticos, ou seja, as classes se organizam no dendrograma a partir dos conteúdos semelhantes e destoantes. O primeiro eixo, composto pelas classes 6, 1 e 4, expressa uma análise que as crianças elaboram sobre a decisão de perdoar, e foi denominado de “Condições necessárias para perdoar”. Dentro desse eixo, as classes se dividiram em dois subeixos: as classes 1 e 4 se organizam distintamente da classe 6. As respostas destas duas classes apresentam o foco na importância do pedido de desculpas e de outras razões para perdoar, pautadas na perspectiva da vítima, enquanto a classe 6 representa a ênfase nos comportamentos do ofensor para obter o perdão.

O segundo eixo foi definido como “Sentimentos e atitudes gerados pela ofensa/injustiça”, e agrupa as classes 2, 3 e 5. As três classes possuem respostas estruturadas na perspectiva da vítima em relação aos efeitos da ofensa/injustiça. As classes 2 e 3 formam um subeixo, que representa uma maior proximidade em seus conteúdos, uma vez que se relacionam às falas que simbolizam os sentimentos da vítima após a ofensa, enquanto a classe 5 apresenta respostas que contemplam comportamentos para sanar esses sentimentos.

7 DISCUSSÃO

A partir dos resultados encontrados, é possível indicar alguns elementos que fazem parte das concepções de perdão das crianças entrevistadas. Primeiramente, merece destaque a importância e a necessidade da reconciliação. Muitas crianças indicaram ser importante restabelecer as relações sociais com o ofensor, sendo uma das razões para perdoar. Embora a reconciliação não seja apontada pelos modelos teóricos sobre o perdão como algo obrigatório ou necessário, os achados da literatura com criança apontam explicações para esse resultado. Tendo em vista que crianças avaliam a ocorrência da

injustiça como um ato de falta de cooperação, reciprocidade e solidariedade (Abreu et al., 2011), o perdão se mostra como uma ferramenta essencial para a reparação e manutenção das relações interpessoais, sendo uma maneira direta de reconciliação com o ofensor (Allemand et al., 2007; Toussaint et al., 2008). Nesse sentido, como dependem de elementos concretos para avaliar a possibilidade do perdão, se torna mais fácil decidir perdoar quando o ofensor reconhece seu erro e pede desculpas, ou quando percebem que não houve intencionalidade na ação (Fincham, 2000; Van der Wal et al., 2017). Ainda, os resultados apontaram que a reconciliação parece estar relacionada ao pedido de desculpas e a atitudes compensatórias, sendo consequência do interesse de ambas as partes. Ou seja, para que o perdão e a reconciliação ocorram, as crianças relataram ser necessário o arrependimento do ofensor e o compromisso de restaurar a relação. Essas informações são importantes para estudos futuros que proponham estratégias de intervenção para a promoção do perdão em crianças, por exemplo.

O pedido de desculpas também se apresentou como um dos elementos decisivos para a decisão de perdoar das crianças. Outros estudos existentes na literatura apontam resultados nesse mesmo sentido (p. e. Abreu, et al., 2011; Girard & Mullet, 1997). Ainda, corroborando os achados de Ma et al. (2018), as crianças também relataram que alguns sentimentos podem ser gerados a partir da ofensa sofrida, à exemplo da tristeza e da raiva, e que o pedido de desculpas parece contribuir para que a criança ofendida se sinta melhor, acarretando a diminuição de sentimentos negativos, o que também corrobora para o processo de perdoar. Também é importante destacar os resultados que evidenciaram que as crianças atribuíram mais importância ao pedido de desculpas percebido como espontâneo e sincero, em comparação com a ausência do pedido de desculpas ou daquele sem intenção. De acordo com os achados de Banerjee et al. (2010) e Drell e Jaswal (2016), para que o pedido de desculpas facilite a decisão de perdoar, a criança precisa identificar que o ofensor reconhece que cometeu um erro, demonstrando arrependimento pela ofensa causada e preocupação com os sentimentos da vítima. O reconhecimento da sinceridade no pedido de desculpas diminui os sentimentos negativos decorrentes da ofensa e permitem a restauração da relação com o ofensor. A distinção entre o pedido de desculpas espontâneo ou automático ainda precisa ser melhor investigada, especialmente em crianças, considerando-se que elas aprendem, desde cedo, a pedir desculpas sempre que fazem algo de errado. Especialmente para propostas futuras de intervenção para a promoção do perdão, torna-se relevante analisar e compreender como tornar essa atitude uma prática genuína e favorável ao perdão e a restauração da injustiça.

Ainda, foi possível identificar uma ênfase nas respostas das crianças nas ações que poderiam ser realizadas pelo ofensor no intuito de reparar a injustiça sofrida. A reparação do erro vem sendo discutida como uma estratégia que facilita o processo de perdoar, além de auxiliar também na diminuição da mágoa e promoção de sentimentos positivos após a ofensa (Zechmeister et al., 2004; Witvliet et al., 2020a; Witvliet et al., 2020b). Nas respostas das crianças, pode-se perceber que a reparação apareceu como uma possibilidade de ação do ofensor para conseguir o perdão, especialmente porque elas parecem valorizar ou necessitar de um componente material ou uma atitude concreta que indique o pedido de perdão do ofensor.

A partir da análise dos resultados a respeito do pedido de desculpas e da reparação material, é importante fazer um apontamento para estudos futuros. Além da valorização, especialmente pelas crianças mais novas, pela reparação material, Abreu et al. (2011) apontaram para a possibilidade de o pedido de desculpas ter um significado bem próximo ao da reparação para as crianças, como se fosse uma reparação de caráter moral, em situações em que a reparação material não fosse possível ou suficiente para sanar os efeitos da injustiça. O pedido de desculpas pode ser visto como mais valorizado porque ele implica em um reconhecimento do ofensor sobre a injustiça cometida, o que envolve questões cognitivas e afetivas, como a tomada de perspectiva social (Rique et al., 2010) e a empatia (Pinho et al., 2016).

Finalmente, ao analisar a organização dos eixos em que as classes se agruparam, é possível perceber que as respostas das crianças se concentraram em dois aspectos considerados importantes para o processo de perdoar (Enright et al., 1991; Enright et al., 1998). De um lado, organizaram-se as respostas a respeito dos sentimentos e atitudes após a ofensa, onde as crianças indicaram como se sentiriam e o que fariam para diminuir ou sanar esses sentimentos. De acordo com o modelo clínico de Enright, a primeira fase do processo de perdoar consiste no reconhecimento das consequências emocionais da ofensa, e da identificação das possíveis atitudes que a vítima tenha adotado por conta desses afetos. Do outro lado, as classes agrupadas se orientam a uma análise das possibilidades de perdoar o ofensor, da importância do pedido de desculpas e das atitudes do ofensor que facilitariam o perdão. Nessas classes, é possível identificar que há uma consideração da criança a respeito do ofensor e de sua relação com ele, e o perdão aparece como uma possibilidade de restaurar essa relação, algo que as crianças indicam como ser uma das razões para perdoar ofensas. Essas classes podem representar o que Enright cita em seu modelo clínico de perdão como a etapa da consolidação da decisão de perdoar,

momento em que a vítima, após a diminuição dos sentimentos negativos e dos comportamentos negativos que a ofensa pode ter desencadeado, está preparada para analisar a situação e sua relação com o ofensor, para avaliar se o perdão poderia ocorrer para resolver o conflito. É importante destacar que o objetivo deste trabalho foi verificar as concepções de perdão das crianças, sem pretensão de identificar as etapas do processo de perdoar, mas que as análises das classes apontam a importância de estudos futuros nessa direção, especialmente para auxiliar a prática clínica com crianças que sofrem injustiças.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo representa um avanço na compreensão do perdão em crianças, no Brasil. Por se tratar de um estudo exploratório, algumas limitações se impõem. A quantidade de participantes, especialmente de escola pública, dificulta a comparação entre os grupos de idade. Destaca-se que a coleta dos dados teve de ser interrompida devido ao fechamento das escolas e restrições de contato social impostas pela pandemia da COVID-19. Faz-se necessário expandir a quantidade e realizar estudos mais robustos. Ainda, considerando as características cognitivas e afetivas do desenvolvimento das crianças, a proximidade dos grupos de idade pode ter influenciado na ausência de influência da idade na formação das classes sobre as concepções de perdão. Por fim, o uso dos cenários hipotéticos na construção da entrevista pode ser considerada uma limitação. Torna-se relevante a realização de novos estudos que analisem situações reais vividas pelas crianças, para avaliar se o envolvimento direto da criança interfere na sua decisão de perdoar.

Os resultados encontrados apontam que, para a decisão de perdoar, as crianças utilizam elementos cognitivos e afetivos, corroborando os estudos anteriores e indicando uma direção para o processo de perdoar. É possível notar, portanto, a complexidade desse fenômeno devido à pluralidade de fatores que influenciam esse processo. Considerando que a literatura já indica que a capacidade de perdoar favorece o bem-estar físico e psicológico dos indivíduos, a análise do perdão em crianças é imprescindível para nortear manejos clínicos, educacionais e teóricos, tanto no campo da Psicologia como em outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

Abreu, E.L. (2013). A relação entre o pensamento moral da justiça e o pensamento moral do perdão. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal da Paraíba.

Abreu, E. L., Moreira, P. L., & Rique, J. (2011). O pensamento moral do perdão em crianças. *Psicologia Argumento*, 29, 249-258.

Ahmed, E., & Braithwaite, V. (2006). Forgiveness, reconciliation, and shame: Three key variables in reducing school bullying. *Journal of social issues*, 62(2), 347-370. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-4560.2006.00454.x>

Allemand, M., Amberg, I., Zimprich, D., & Fincham, F. D. (2007). Trait forgiveness, relationship satisfaction, and episodic forgiveness. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 26, 199–217. <http://dx.doi.org/10.1521/jscp.2007.26.2.199>

Banerjee, R., Bennett, M., & Luke, N. (2010). Children's reasoning about the self-presentational consequences of apologies and excuses following rule violations. *British Journal of Developmental Psychology*, 28, 799–815. <http://dx.doi.org/10.1348/026151009X479475>

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. RESOLUÇÃO Nº 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513-518. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>

Darby, B. W., & Schlenker, B. R. (1982). Children's reactions to apologies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 43(4), 742–753. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.43.4.742>

Darby, B. W., & Schlenker, B. R. (1989). Children's reactions to transgressions: Effects of the actor's apology, reputation and remorse. *British Journal of Social Psychology*, 28, 353–364. <http://dx.doi.org/10.1111/j.2044-8309.1989.tb00879.x>

Denham, S. A., Neal, K., Wilson, B. J., Pickering, S., & Boyatzis, C. J. (2005). Emotional development and forgiveness in children: Emerging evidence. In E. Worthington Jr. (Org.). *Handbook of forgiveness* (Cap. 9, pp. 127-142). New York: Routledge.

DiFonzo, N., Alongi, A., & Wiele, P. (2020). Apology, restitution, and forgiveness after psychological contract breach. *Journal of business ethics*, 161(1), 53-69. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-018-3984-1>

Drell, M. B., & Jaswal, V. K. (2016). Making amends: Children's expectations about and responses to apologies. *Social Development*, 25(4), 742-758. <http://dx.doi.org/10.1111/sode.12168>

Enright, R. D. & Fitzgibbons, R. (2000). *Helping Clients Forgive: An Empirical Guide for Resolving Anger and Restoring Hope*. Washington, DC: American Psychological Association.

Enright, R. D., & The Human Development Study Group (1991). The moral development of forgiveness. In W. M. Kurtin & J. L. Gewirtz (Eds.). *Handbook of moral behavior and development* (Vol. I, pp. 11-124). Hillsdale, NY: Erlbaum.

Enright, R. D., Santos, M. J., & Al-Mabuk, R. (1989). The adolescent as forgiver. *Journal of adolescence*, 12(1), 95-110. [http://dx.doi.org/10.1016/0140-1971\(89\)90092-4](http://dx.doi.org/10.1016/0140-1971(89)90092-4)

Enright, R. D.; Freedman, S. R. & Rique, J. (1998). The psychology of interpersonal forgiveness. In R. D. Enright, & J. North (Eds.). *Exploring forgiveness*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.

Fehr, R.; Gelfand, M.J. & Nag, M. (2010). The Road to Forgiveness: A Meta-Analytic Synthesis of Its Situational and Dispositional Correlates. *Psychological Bulletin*, 136, 894-914. <http://dx.doi.org/10.1037/a0019993>

Fincham, F. D. (2000). The kiss of the porcupines: From attributing responsibility to forgiving. *Personal Relationships*, 7, 1-23. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-6811.2000.tb00001.x>

Freedman, S., & Chang, W. C. (2010). An analysis of a sample of the general population's understanding of forgiveness: Implications for mental health counselors. *Journal of Mental Health Counseling*, 32(1), 5-34. <http://dx.doi.org/10.17744/mehc.32.1.a0x246r816025053>

Garthe, R.C., & Guz, S. (2020). The development of forgiving in children, adolescents, and emerging adults. In Worthington Jr, E.L. & Wade, N. (Eds.). *Handbook of Forgiveness*. (pp. 87-96). New York: Routledge.

Girard, M., & Mullet, E. (1997). Forgiveness in adolescents, young, middle-aged, and older adults. *Journal of adult development*, 4(4), 209-220. <http://dx.doi.org/10.1007/BF02511412>

Hook, J. N., Worthington, E. L., Utsey, S. O., Davis, D. E., Gartner, A. L., Jennings, D. J., ... & Dueck, A. (2012). Does forgiveness require interpersonal interactions? Individual differences in conceptualization of forgiveness. *Personality and Individual Differences*, 53(5), 687-692. <http://dx.doi.org/10.1016/j.paid.2012.05.026>

Hui, E. K., & Ho, D. K. (2004). Forgiveness in the context of developmental guidance: implementation and evaluation. *British Journal of Guidance & Counselling*, 32(4), 477-492. <http://dx.doi.org/10.1080/03069880412331303286>

Karremans, J.C.; Van Lange, P.A.M.; Ouwerkerk, J.W. & Kluwer, E.S. (2003). When Forgiving Enhances Psychological Well-Being: The Role of Interpersonal Commitment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, 1011-1026. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.84.5.1011>

Ma, F., Wylie, B. E., Luo, X., He, Z., Xu, F., & Evans, A. D. (2018). Apologies repair children's trust: The mediating role of emotions. *Journal of experimental child psychology*, 176, 1-12. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jecp.2018.05.008>

Mahoney, A.; Rye, M.S. & Pargament, K.I. (2005). When the Sacred is Violated: Desecration as a Unique Challenge to Forgiveness. In E. Worthington Jr. (Org.), *Handbook of Forgiveness* (Cap. 5, p. 57-72). New York: Routledge.

Maio, G.R.; Thomas, G.; Fincham, F.D. & Caenelley, K.B. (2008). Unraveling the Role of Forgiveness in Family Relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 94, 307-319. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.94.2.307>

McCullough, M.E.; Rachal, K.C.; Sandage, S.J.; Worthington, E.L.; Brown, S.W. & Hight, T.L. (1998). Interpersonal Forgiving in Close Relationships II: Theoretical Elaboration and Measurement. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 1586-1603. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.75.6.1586>

McCullough, M.E.; Worthington, E.L. & Rachal, K. (1997). Interpersonal Forgiving in Close Relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 321-336. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.73.3.321>

Mullet, E., Girard, M., & Bakhshi, P. (2004). Conceptualizations of forgiveness. *European psychologist*, 9(2), 78-86. <http://dx.doi.org/10.1027/1016-9040.9.2.78>

Mullet, E.; Neto, F. & Rivière, S. (2005). Personality and Its Effects on Resentment, Revenge, Forgiveness, and Self-Forgiveness. In E. Worthington Jr. (Org.), *Handbook of Forgiveness* (Cap. 11, p. 159-182). New York: Routledge.

Ohbuchi, K. I., & Sato, K. (1994). Children's reactions to mitigating accounts: Apologies, excuses, and intentionality of harm. *The Journal of Social Psychology*, 134(1), 5-17. <http://dx.doi.org/10.1080/00224545.1994.9710877>

Park, Y.O. & Enright, R.D. (1997). The development of forgiveness in the context of adolescent friendship conflict in Korea. *Journal of Adolescence*, 20, 393-402. <http://dx.doi.org/10.1006/jad.1997.0095>

Pinho, V. D., Falcone, E. M. O., & Sardinha, A. (2016). O papel preditivo da habilidade empática sobre o perdão interpessoal. *Temas em Psicologia*, 24(4), 1507-1518. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.4-17>

Ratinaud, P. (2009). IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Computer software]. Retirado de <http://www.iramuteq.org>

Rique, J., Camino, C., Formiga, N., Medeiros, F., & Luna, V. (2010). Consideração empática e tomada de perspectiva para o perdão interpessoal. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 44(3), 515-522.

Scobie, G. E., & Scobie, E. D. (2000). A comparison of forgiveness and pro-social development. *Early Child Development and Care*, 160(1), 33-45. <http://dx.doi.org/10.1080/0030443001600104>

Scobie, E.D.; & Scobie, E.W. (1998). Damaging Events: The perceived need for forgiveness. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 28, 373-401. <http://dx.doi.org/10.1111/1468-5914.00081>

Smith, C. E., Chen, D., & Harris, P. L. (2010). When the happy victimizer says sorry: Children's understanding of apology and emotion. *British Journal of Developmental Psychology*, 28, 727-746. <http://dx.doi.org/10.1348/026151009X47534>

Taysi, E., & Orcan, F. (2017). The conceptualisation of forgiveness among Turkish children and adolescents. *International journal of psychology*, 52(6), 473-481. <http://dx.doi.org/10.1002/ijop.12237>

Toussaint, L. L., Williams, D. R., Musick, M. A., & Everson-Rose, S. A. (2008). Why forgiveness may protect against depression: Hopelessness as an explanatory mechanism. *Personality and Mental Health*, 2, 89-103. <http://dx.doi.org/10.1002/pmh.35>

Van der Wal, R.C.; Karremans, J.C.; & Cillessen, A.H.N. (2017). Causes and consequences of children's forgiveness. *Child Development Perspectives*, 11, 97-101. <http://dx.doi.org/10.1111/cdep.12216>

Witvliet, C. V., Luna, L. R., Worthington Jr, E. L., & Tsang, J. A. (2020a). Apology and restitution: The psychophysiology of forgiveness after accountable relational repair responses. *Frontiers in psychology*, 11. <http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00284>

Witvliet, C. V., Wade, N. G., Worthington Jr, E. L., Root Luna, L., Van Tongeren, D. R., Berry, J. W., & Tsang, J. A. (2020b). Apology and restitution: offender accountability responses influence victim empathy and forgiveness. *Journal of Psychology and Theology*, 48(2), 88-104. <http://dx.doi.org/10.1177/0091647120915181>

Worthington, E. L. (1998). An empathy-humility-commitment model of forgiveness applied within family dyads. *Journal of Family Therapy*, 20(1), 59-76. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-6427.00068>

Zechmeister, J. S., Garcia, S., Romero, C., & Vas, S. N. (2004). Don't apologize unless you mean it: A laboratory investigation of forgiveness and retaliation. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 23(4), 532-564. <http://dx.doi.org/10.1521/jscp.23.4.532.40309>